

Jornalismo construtivista: algumas considerações epistemológicas

Constructivist Journalism: some epistemological considerations

ALFREDO EURICO VIZEU PEREIRA JÚNIOR

Professor no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE/PE/BR. <a.vizeu@yahoo.com.br>

HEITOR COSTA LIMA DA ROCHA

Professor no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE/PE/BR. <hclrocha@gmail.com>

RESUMO

Esta comunicação analisa os pressupostos epistemológicos construtivistas que são aplicados no estudo do campo jornalístico, propondo que existem evidências consistentes da propriedade de uma denominação de Jornalismo Construtivista, senão a uma abordagem exclusiva, pelo menos para certa variedade de abordagens. As questões epistemológicas sobre a verdade, a objetividade e as formas de legitimação contidas nos produtos jornalísticos são imprescindíveis para uma consequente adaptação e consolidação de uma Teoria do Jornalismo no âmbito do paradigma científico construtivista, entendendo-se que existe uma dimensão ética inerente à perspectiva construtivista que se constitui em critério imprescindível para uma precisa avaliação da qualidade e legitimidade do desempenho profissional do jornalista na construção social da realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria do Jornalismo; Construtivismo; Epistemologia.

ABSTRACT

This work analyzes the constructivist epistemologic suppositions employed in the study of the journalistic field. It proposes that there are consistent evidences for a proper use of the expression Constructivist Journalism, if not for an exclusive approach, at least for a certain kind of approach. Epistemologic questions on truth, objectivity and legitimation forms in journalistic products are indispensable for the adaptation and consolidation of a theory of journalism in a constructivist scientific paradigm. There is an ethical dimension inherent to the constructivist perspective that is an indispensable standard for a precise evaluation of the quality and legitimacy of the professional performance of the journalist in the social construction of reality.

KEYWORDS: Theory of Journalism; Constructivism; Epistemology.

A final, o que é jornalismo construtivista? Não temos nenhuma pretensão de dar uma resposta definitiva, um conceito. No entanto, consideramos que há algum tempo se faz necessário propor algumas questões e reflexões sobre o jornalismo e o construtivismo, que ousamos denominar de jornalismo construtivista. Há algum tempo observamos que, de uma maneira geral, o Construtivismo no Jornalismo passou a ser trabalhado como algo do senso comum da área. Ou seja, naturalizado. A preocupação em procurar definir o que e sobre o que estamos tratando, quando abordamos sobre construtivismo no Jornalismo, restringe-se a um pequeno grupo de pesquisadores no Brasil (Meditsch, 2010).

Compartilhamos com os argumentos de Meditsch (2010) de que há ainda grandes equívocos sobre a leitura do jornalismo como um lugar que constrói a realidade social. É dentro desse contexto que este trabalho se propõe a expor uma postura inicial de uma hipótese de como o Jornalismo contribui para a construção social da realidade. Sem dúvida, é um olhar particular dos autores dentro das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Jornalismo e Contemporaneidade, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mas, tem como preocupação apontar para uma das possíveis caminhadas do que denominamos, provisoriamente, de jornalismo, que não vai de encontro a paradigmas clássicos do Jornalismo como objetividade e verdade (Guerra, 2009).

Não é nossa preocupação polemizar com os colegas e pesquisadores contrários a uma postura construtivista sobre o jornalismo, mas discutirmos as possibilidades de um jornalismo construtivista, dentro dos estudos que estamos desenvolvendo. Por isso, começamos por uma questão que consideramos central, de que não há um, mas vários construtivismos. De uma maneira breve e sucinta, procuraremos apresentar alguns olhares sobre o construtivismo que acreditamos vão nos ajudar a chegar a um esboço sobre o Jornalismo construtivista e o que diferencia dos demais.

Não podemos tomar todas as perspectivas construtivas e colocá-las dentro de um mesmo cesto, como se entre elas não houve divergências, contrariedades, complementariedades, etc. Num breve mapeamento do que denomina, *As Novas Sociologias*, Corcuff (2001) procura apresentar, de uma maneira geral, o “construtivismo social”. Segundo o autor, um novo espaço no qual a realidade social tende a ser apreendida como construída e não como natural ou dada de uma vez por todas.

De Norbert Elias, passando por Giddens e Bourdieu, entre outros autores, Corcuff (2001) procura traçar uma ampla trajetória dos construtivismos respeitando as diferenças que existem entre eles e apontando semelhanças. O autor observa com propriedade que, se as perspectivas construtivistas trabalham com um momento de desconstrução, a interrogação sobre o dado, o natural, elas também exigem investigações sobre os momentos de reconstrução da realidade. Entendemos que é dentro desse processo que questões como a objetividade e a verdade jornalística, que alguns pesquisadores entendem como paradigmas de um “jornalismo clássico” (Guerra, 2009), em nada contradizem a perspectiva do jornalismo construtivista, que pretendemos detalhar mais adiante.

Como bem esclarece Corcuff (2001), os construtivismos são novas formas de realismo que se distinguem das formas clássicas que questionam o “dado”, o “naturalizado”, o fato jornalístico dentro de uma perspectiva praticamente essencialista. Nesse sentido o construtivismo abre perspectivas para resgatarmos algo que é da própria experiência humana: homens e mulheres são seres sociais e contribuem decisivamente para a construção do mundo que os cerca.

Que construtivismo?

Para avançarmos um pouco mais nas perspectivas construtivistas e nas suas diferenças e semelhanças, faremos uma breve exposição de outros pontos de vista procurando

mostrar que é preciso estabelecermos de uma maneira forte e consistente, para evitarmos equívocos epistemológicos, nosso olhar sobre o que Jornalismo Construtivista significa. Nesse sentido, fazemos uma breve apresentação do construtivismo de Piaget (2006).

Bendersky (2004) explica que, para Piaget, toda a ação constitutiva do conhecimento pressupõe uma relação entre sujeito cognitivo e objeto de conhecimento. Estabelece-se, então, uma relação dialética em que não há sujeito nem objeto. Ou seja, à medida que vai se construindo o sujeito se constrói o objeto. O sujeito aciona sobre o objeto e o objeto aciona sobre o sujeito, oferecendo possibilidades e resistências.

Já o construtivismo radical defende que o conhecimento é uma construção que fazemos com base nos dados subjetivos de nossa experiência. Vivemos num mundo que construímos e não temos bases objetivas para julgar nossas representações ou a dos outros. Viveríamos isolados no mundo de nossas próprias construções.

Compartilhamos da análise de Castañon (2010) para quem se a realidade é determinada pelo sujeito, nossas construções a respeito do mundo não sofrem a influência de um mundo externo objetivo e independente. “Em outras palavras, o Construtivismo Radical não é nada mais que um solipsismo, sendo um tipo especial de idealismo” (Castañon, 2010).

O construtivismo, como podemos observar nesse breve resumo, envolve muitos conceitos e teorias. Dentro desse contexto, propomos estabelecer um esboço teórico do que consideramos ser o Jornalismo Construtivista. Trata-se de uma investigação inicial, mas que consideramos importante discutir, refletir e procurar avançar juntos com a comunidade acadêmica para tentarmos estabelecer uma perspectiva conceitual do que seja. Entendemos que a primeira questão a ser colocada é considerar o Jornalismo como um campo dentro da perspectiva apresentada por Bourdieu (1997). Para o autor, “um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e

dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdades que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse espaço de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência e estratégias” (1997, p. 57).

Bourdieu (1995, p. 25) defende que os jornalistas na lógica de sua profissão selecionam e enquadram as realidades do cotidiano em função de categorias que lhe são próprias resultado da nossa educação, da história e da cultura, etc. “Os jornalistas têm óculos especiais, a partir dos quais, veem certas coisas e não outras. Ou seja, estamos tratando aqui de algo central para o Jornalismo Construtivista. Há uma seleção e construção do que é selecionado. Talvez esteja aqui um dos equívocos do olhar dos críticos do Jornalismo Construtivista. Não se trata de afirmar que toda a realidade é uma construção, mas de que a realidade social, sim, é.

A perspectiva da sociologia reflexiva, trabalhada por Bourdieu (2003), reforça ainda mais a perspectiva do Jornalismo Construtivista. No cotidiano do Jornalismo temos que o mesmo constitui a realidade e por ela é constituído num processo em que o Jornalismo é envolvido e se envolve com a realidade tanto do ponto de vista da objetividade como da busca da verdade jornalística. Como comenta Tuchmann (1983), “a reflexividade específica que, os relatos estão enquadrados na mesma realidade que registram e estruturam”.

Dentro desse contexto, procuramos a partir de agora esboçar uma teoria construtivista do Jornalismo a partir da definição de Alsina (2009, p. 185): “A notícia é uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente que se manifesta na construção de um mundo possível”. Nossa preocupação não é trabalhar o conceito de notícia como Alsina propôs, mas mobilizá-lo para construirmos um esboço de uma teoria do jornalismo construtivista.

A primeira questão que surge é do Jornalismo como uma prática social e cultural produzida institucionalmente. Nesse sentido, entendemos como Berger e Luckmann (1973) que as instituições têm uma historicidade e implicam em enquadramentos. As tipificações das ações humanas são construídas ao longo de uma história compartilhada. As instituições têm sempre uma história da qual são produtos, da qual fazem parte num processo constante de construção e reconstrução. Como estes autores, consideramos que não é possível compreender adequadamente uma instituição sem compreender o processo social, cultural, histórico e econômico no qual foi construída. É nessa perspectiva que vemos o Jornalismo Construtivista.

Mais uma vez, alertamos aos críticos do jornalismo construtivista. A realidade objetiva que nos circunda, sem entrarmos na questão da nomeação que vai envolver o discurso e a linguagem, independe de homens e mulheres. Estamos enfatizando que a realidade social é uma construção do ser humano que a constitui e é constituído por ela. Com bem observa Searle (1997), a realidade existe independente dos homens e mulheres, ou seja, são ontologicamente objetivas. As montanhas diferentemente da dor existem independente de qualquer receptor ou de qualquer estado mental. Com certeza, essa não é uma preocupação deste trabalho, o que procuramos reafirmar como exemplo é que existe uma realidade social que é construída cotidianamente.

Acreditamos que o caminho apontado por Alsina (2009) e que procuramos exemplificar traz uma boa contribuição para a teoria construtivista do Jornalismo. Dentro dos limites deste trabalho entendemos que três conceitos propostos por Alsina e que nos remetem aos chamados mundos da vida ajudam-nos a esboçar uma teoria construtivista sobre o Jornalismo e que a mesma não se contrapõe a paradigmas históricos do chamado “jornalismo clássico”, como objetividade e verdade.

Alsina (2009) faz referências aos chamados mundos do jornalismo: o “real”, o de referência e o possível. No nosso entendimento, eles são a base de uma teoria do

Jornalismo construtivista que procuramos esboçar. O mundo real é o mundo dos fatos e acontecimentos. O Jornalismo interpreta a realidade social para que as pessoas possam entendê-la, adaptar-se a ela e modificá-la.

O Jornalismo é um método de interpretação sucessiva da realidade (Gomis, 1991). A interpretação a que se refere a interpretação jornalística é a realidade social. Nesse processo, o Jornalismo estabelece a noticiabilidade dos fatos que vão se submeter à cultura profissional, à pressão das organizações, às rotinas produtivas, aos processos produtivos, etc.

Tendo como pressuposto que o Jornalismo trabalha com o mundo real, cuja referência é a realidade, no complexo processo de produção da notícia, os jornalistas vão trabalhar uma série de enquadramentos dos acontecimentos, não como soberanos dos fatos jornalísticos, mas como parte de um processo muito maior do que eles, a partir da cultura profissional. Neste trabalho não distinguimos fatos de acontecimentos, acompanhando de certa forma a perspectiva de Gomis que vê na expressão acontecimento mais um tratamento solene para os fatos. É o chamado mundo de referência.

Nesse processo, vão influir uma série de práticas, procedimentos e discursos que estão envolvidos no trabalho diário dos jornalistas a partir da cultura profissional, da organização do trabalho, dos processos produtivos, dos códigos particulares (as regras de redação), da língua e das regras do campo das linguagens que buscam interpretar a realidade social. O trabalho que os profissionais realizam nas suas práticas sociais diárias resulta em construções que, no jargão jornalístico, podem ser chamadas de notícias (Vizeu, 2005).

Por fim, temos o mundo possível que longe de ser um lugar comum é um conceito que consideramos básico para o esboço de uma teoria construtivista do Jornalismo:

“

O mundo possível é o mundo narrativo construído pelo sujeito enunciator a partir dos outros mundos citados. Si no “mundo real” se produzia a verificação e no mundo de referência se determinava a verossimilhança, no mundo possível se dá a busca de persuasão por meio dos argumentos. O enunciator deve fazer parecer verdade o mundo que constrói.

(Alsina, 2009)

Entendemos que o mundo possível vai muito mais além do que fazer algo parecer verdade. Defendemos que a verdade e a ética são centrais no Jornalismo que hoje ocupa um lugar de referência na sociedade brasileira, em particular, o televisivo (Vizeu; Corrêa, 2008) A base de uma teoria construtivista do Jornalismo deve estar assentada nesses dois princípios.

Por isso, consideramos que o jornalista que seja tentado a abrir mão do rigor do método esquece o respeito ao outro, vítima, testemunha, parente, espezinha o respeito que deve a si mesmo: não é mais que um instrumento – um meio! – da informação. Está reduzido à função que o campo jornalístico lhe atribui. É prisioneiro de um determinismo reificante, de que o seu próprio cinismo não é capaz de o libertar. Se há rigor no método, a notícia se aproxima da objetividade e da verdade dos fatos garantindo uma postura ética do jornalismo diante da realidade dos acontecimentos (Cornu, 1999).

Um teoria do Jornalismo Construtivista é, sim, possível. Um Jornalismo que tenha preocupação com a objetividade e a verdade dos fatos. É nessa perspectiva que procuramos desenvolver a pesquisa que estamos realizando. E acreditamos que não se trata de algo inatingível, como uma concepção conservadora de utopia pressupõe. Como disse Paulo Freire (2005): “o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o

idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar a estrutura desumanizante e anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão, a utopia também é um compromisso histórico”. O Jornalismo é uma utopia realizável e possível de um compromisso com a ética e a verdade. É o dever do Jornalismo a busca da verdade e a ética como singularidade. Uma utopia a ser perseguida diariamente. Um Jornalismo de fronteiras levantadas.

As teorias da verdade e o jornalismo

Não apenas para a filosofia, a teoria do conhecimento, lingüística e outras disciplinas científicas, mas também para o jornalismo, destaca-se a importância da discussão epistemológica sobre a verdade, como conceito relevante e controverso. Orlando Tambosi (2007, p. 36), observa que sobre a questão se debruçam “várias teorias, algumas delas não necessariamente próximas, mas tampouco excludentes ou antagônicas”.

“

No Jornalismo, especificamente, observa-se a tendência de reduzir a verdade a imperativo ético, sem o esforço, por parte dos estudiosos, de enfrentar a questão epistemológica da verdade, relacionando-a com as teorias compartilhadas pela filosofia e pelas ciências. Transformada em princípio ético – tal como a referem os códigos deontológicos –, a verdade jornalística parece tornar-se, no fundo, apenas um ideal de honestidade ou credibilidade do repórter e de suas fontes, ou dos próprios media. Ora, se o Jornalismo não trata apenas de opiniões ou juízos de valor, mas procura relatar imparcialmente fatos ou acontecimentos, não poderá escapar a questionamentos epistemológicos formulados também na esfera filosófico-científica.

(Tambosi, 2007, p. 37)

O professor Orlando Tambosi analisa as teorias da verdade como correspondência (a), como coerência ou não contradição (b) e pragmática (ou utilidade). Quanto à primeira teoria, indica que o seu pressuposto básico é que a verdade de uma proposição está relacionada com a sua correspondência com os fatos ou estados de coisas existentes no mundo. Procurando descrever como são as coisas na realidade, as afirmações podem ser aceitas como, “verdadeiras ou falsas em função de as coisas serem realmente como elas dizem que são” (Tambosi, 2007, p. 38).

Esta relação da representação com a realidade é descartada pela teoria coerentista, que questiona as noções de “fatos” e de “correspondência”, por entender que comparam planos heterogêneos ao contrapor linguagem e realidade, o lingüístico e o não-lingüístico. Desta maneira, conforme Tambosi (2007), “a teoria coerentista [...] entende que a verdade consiste em relações de coerência num conjunto de crenças. Assim, S é verdadeira se e somente se é coerente com um sistema de proposições ou crenças”.

A teoria coerentista, ao rejeitar uma relação direta das proposições com a realidade, garante Tambosi, tende a uma perspectiva relativista, pois os conjuntos de crenças seriam, no limite, apenas relativos uns aos outros. Mesmo ressaltando a necessidade de os produtos jornalísticos e as teorias científicas estarem submetidos às regras da coerência, ele salienta que ambos os domínios não podem dispensar o compromisso de buscar necessariamente a relação com o real, de ter a realidade como parâmetro maior, o que seria dispensado pelo coerentismo. Com respeito à teoria pragmatista, Orlando Tambosi registra a definição da verdade

“

em termos de utilidade, isto é, em termos daquilo que é desejável ou tem conseqüências úteis para aquele que crê na proposição tida como verdadeira. Em síntese, S é verdadeira se é útil aos nossos fins ou obtém sucesso. Defendida por Peirce, James, Dewey e Haack, a teoria pragmatista situa a verdade em uma teoria da ação, assumindo que a crença verdadeira contribuirá para a utilidade e o êxito das ações. Dito de outra maneira, as crenças verdadeiras funcionam.

(Tambosi, 2007, p. 38-39)

Para ele, nas três teorias resiste a concepção de que verdadeiro é aquilo que satisfaz uma relação de adequação, o que evidencia a teoria da correspondência como a mais adequada historicamente para a prática jornalística. Neste sentido, defende que a verdade como correspondência pode sobreviver relativizada e atenuada nas teorias coerentista e pragmatista. Assim, acredita que a relação de adequação configura-se como correspondência em relação a certas regras do sistema, como norma ideal (jamais completamente concretizada), ou ainda na concepção da verdade como utilidade, revestindo-se em critério de eleição na disputa entre as diversas verdades-correspondência competidoras.

A ausência de aprofundamento na discussão epistemológica sobre a verdade no Jornalismo é lamentada por Orlando Tambosi (2007, p. 47), ao destacar uma diferença importantíssima entre as ciências naturais e o jornalismo, que “trata mais da realidade social que da realidade natural”.

Habermas e a teoria consensual da verdade

De forma mais complementar do que de exclusão, a teoria consensual da verdade de Jürgen Habermas (2004) parece oferecer esclarecimentos a questões relevantes levantadas na reflexão do professor Orlando Tambosi (2007), como no tocante à posição epistemológica pluralista quanto às coisas e estados de coisas existentes – que, para o pensador alemão, exige a atitude realista de reconhecer que o mundo objetivo independe de nossas descrições dele –; bem como, em relação aos problemas prático-morais que desafiam a racionalidade comunicativa a encontrar intersubjetivamente consensos capazes de promover uma maior integração social, revertendo a anomia decorrente das patologias sociais motivadas pelo incremento dos potenciais de conflito e violência – o que implica uma atitude construtivista necessária para oferecer a possibilidade de legitimação das relações interpessoais que compõem o mundo social.

Indagado sobre a necessidade de sua posição pragmatista exigir um posicionamento também realista, Habermas (2004, p. 46-47) assegurou ser “um realista nas questões epistêmicas e um construtivista nas questões morais”, declarando-se “um realista de um tipo específico, um realista segundo o viés pragmático”, por estar “convicto de que, na prática, não podemos senão nos opor a um mundo objetivo feito de entidades independentes da descrição que fazemos delas; um mundo que é mais ou menos o mesmo para todos”.

Assim, inspirado pelo seu pragmatismo Kantiano, Habermas ainda busca as condições supostamente universais necessárias para as práticas e realizações básicas de um sujeito que fala e age, bem como para as estruturas profundas dos mundos vitais partilhados intersubjetivamente nos quais esses sujeitos se socializam. Por isso, afirma que a procura pelos traços universais de nossas competências mais básicas num pano de fundo naturalista não combina com uma imagem representacionista do

conhecimento como “espelho da natureza”, como previsto na versão “dura” da teoria da correspondência.

“

O conhecimento resulta de três processos simultâneos, que se corrigem entre si: a atitude de resolver problemas diante dos riscos impostos por um ambiente complexo; a justificação das alegações de validade diante de argumentos opostos; e um aprendizado cumulativo que depende do reexame dos próprios erros. Se o crescimento do conhecimento é uma função desses processos que interagem entre si, é errôneo postular uma separação entre o momento “passivo” do “descobrir” e os momentos “ativos” de construir, interpretar e justificar. Não há necessidade nem possibilidade de “limpar” o conhecimento humano dos elementos subjetivos e das mediações intersubjetivas, ou seja, dos interesses práticos e dos matizes da linguagem.

(Habermas, 2004, p. 57)

Contudo, é preciso salientar que, para Habermas,

“

isso não deve conduzir à negação da verdade e da objetividade. Enquanto lidamos com problemas dos quais não podemos escapar, temos de pressupor, não só na fala como também na ação, um mundo objetivo que não foi construído por nós e que é em grande parte o mesmo para todos nós [...]. Assim, o mundo objetivo não deve ser concebido como a totalidade dos fatos dependentes da linguagem, mas como a totalidade dos objetos.

(2004, p. 58)

Para descartar uma correspondência absoluta da representação com a realidade do mundo, por entender que a linguagem e a realidade se interpenetram de uma maneira para nós indissolúvel, Habermas (2004) aponta para uma concepção antifundacionista do conhecimento e da justificação e, ao mesmo tempo, para a noção de verdade como coerência. Entretanto, adverte que a verdade não deve ser reduzida à aceitabilidade de afirmações justificadas, pois isso significaria desconsiderar o que fazemos quando alegamos a verdade de algo, ou seja, pretender a sua transcendência do contexto dado de justificação, uma vez que uma proposição, para ser verdadeira, precisa ser reconhecida por qualquer público, assim como incidiria no esquecimento de que as asserções bem justificadas podem se revelar falsas.

Nesta perspectiva epistemológica, Jürgen Habermas (2004, p. 16) concebe uma teoria do conhecimento pós-empirista, que superou a teoria da verdade, como correspondência entre a representação e a realidade, formulando uma teoria consensual da verdade, iniciada por Thomas Kuhn (2007) e continuada por Richard Rorty (1998).

“

Na escolha de um paradigma, – como nas revoluções políticas – não existe critério superior ao consentimento da comunidade relevante. Para descobrir como as revoluções científicas são produzidas, teremos, portanto, que examinar não apenas o impacto da natureza e da lógica, mas igualmente as técnicas de argumentação persuasiva que são eficazes no interior dos grupos muito especiais que constituem a comunidade dos cientistas.

(Kuhn, 2007, p. 128)

O contextualismo de Richard Rorty (1998, p. 19) pode ser resumido na afirmação de que “o único critério que temos para aplicar à palavra ‘verdadeiro’ é a justificação, e a justificação é sempre relativa a uma audiência – aos propósitos que tal audiência

quer consumir e à situação na qual ela se encontra”. Desta forma, não há nenhuma objetividade mitificada que possa legitimar o sentido produzido nas matérias jornalísticas senão aquilo que é considerado racionalmente válido pelo contexto de seu público, o auditório a que se dirige.

Da mesma maneira, Miquel Rodrigo Alsina (2009, p. 116) salienta que os acontecimentos sociais são definidos, em diferentes épocas, pela mídia como aqueles acontecimentos que têm transcendência social, ou seja, preenchem os parâmetros de conhecimento da realidade determinados pela formação política e cultural de um momento histórico da sociedade.

Segundo Habermas (2004), com a deflação pragmática do idealismo kantiano, a análise transcendental passa a representar a busca das condições supostamente universais, ou seja, apenas, na realidade, inevitáveis para que os cidadãos possam desempenhar determinadas práticas e operações fundamentais na vida social.

“

A investigação volta-se muito mais para as estruturas profundas do pano de fundo do mundo da vida, estruturas que se corporificam nas práticas e operações de sujeitos capazes de falar e agir. A análise transcendental procura os traços invariáveis recorrentes na diversidade histórica das formas de vida socioculturais. [...] visto que o conceito da experiência é compreendido pragmaticamente, o conhecimento é considerado uma função de processos de aprendizagem, para os quais o conjunto das práticas do mundo da vida fornece sua contribuição. Disso resulta uma arquetônica de mundo da vida e mundo objetivo, à qual corresponde um dualismo metodológico de compreensão e observação.

(Habermas, 2004, p. 19)

Este dualismo metodológico fundamenta-se na distinção de posturas epistêmicas, adequadas à observação do mundo objetivo, e de compressão dos valores e normas morais vigentes no mundo social. Com estas ressalvas ao positivismo e ao contextualismo, ficam aplacados os receios de alguns autores, como Orlando Tambosi (2005) e Daniel Cornu (1999), de descartarem a teoria da verdade como correspondência, mesmo em face das suas limitações lógicas, para não incorrer na relativização absoluta da verdade – a perda da posição realista de pressupor a existência da verdade de um mundo que existe independentemente de nossas interpretações. Não adotar a teoria da verdade como correspondência levaria os jornalistas ao “vale tudo” de negar a função normativa da moral, prevalecendo a lei do mais forte, já que verdade e razão não teriam mais possibilidade de universalidade e seriam apenas expressão de interesses poderosos.

A chave para compreensão adequada do dualismo metodológico é o processo de aprendizagem sobre a experiência, que deve ser analisado na perspectiva de um ator inserido no seu contexto social, colocando à prova os enunciados empíricos. Portanto, a objetividade de uma experiência não se mede mais pela história de sua origem na mente do sujeito (mentalismo). Pelo contrário, o esforço para solucionar construtivamente os problemas decorrentes de uma perturbação nas práticas habitualizadas – decepções performativamente vivenciadas - implica necessariamente em modificações no sistema de convicções que carecem de legitimação intersubjetiva.

Assim, enquanto na epistemologia pragmática o processo do conhecimento é representado como um comportamento inteligente que resolve problemas e possibilita processos de aprendizagem, corrige erros e invalida objeções, na epistemologia positivista se tem a presunção enganadora de elaborar uma imagem perfeita de objetos. Para ele, o “espelho da natureza” – a representação da realidade – configura um modelo falso do conhecimento, “porque a relação de dois termos de imagem e

objeto retratado – e a relação estática entre enunciado e estado de coisas – faz abstração da dinâmica do crescimento do saber pela solução de problemas e pela justificação” (Habermas, 2004, p. 34).

Somente na perspectiva do dualismo metodológico, que entrelaça construção e experiência, se pode compreender o falibilismo humano, pois “apenas a contribuição construtiva de nossas operações para o saber explica por que a ampliação do saber deve passar pela eclusa da revisão permanente do saber existente e por que um saber bem fundamentado também pode ser falso” (Habermas, 2004, p. 41).

O conjunto dos acontecimentos construídos pela mídia como tendo transcendência social compõem um lugar de referência, para orientar a compreensão da realidade das pessoas e a sua ação no mundo. Por isso, precisam ser acreditados como verdadeiros. Mas o discurso jornalístico precisa ser assumido como falível para pretender a sua excelência, ou seja, a sua constante legitimação como válido, verdadeiro e correto junto ao seu auditório, visto que as pessoas que compõem o seu público são seres em processo que estão, mais ou menos, sempre ampliando seu conhecimento sobre o mundo.

Do ponto de vista de práticas malsucedidas e certezas de ação abaladas, as argumentações divulgadas pela mídia procuram ter uma espécie de função reparadora. Isto explica por que os participantes da argumentação reconhecem não ter motivos para manter a atitude reflexiva, após o esgotamento de todas as objeções apresentadas, e se convencem da legitimidade de uma pretensão de verdade, compreendendo esta bem-sucedida desproblematização da discussão sobre a verdade como um sinal para retomar uma postura ingênua diante do mundo (Habermas, 2004, p. 50).

As pretensões de correção normativa dos valores e normas morais do mundo social – que formam a grande maioria das matérias jornalísticas -, no entanto, implicam um processo de legitimação com características próprias e distintas das pretensões de verdade do mundo objetivo – os acontecimentos da natureza. A validade de uma

norma consiste no fato de merecer reconhecimento fundamentado discursivamente. Uma norma em vigor obtém reconhecimento porque e na medida em que seria aceita, ou seja, reconhecida como válida nas condições (aproximativamente) ideais de justificação, merecendo ser identificada como de transcendência social. Não basta para uma norma moral o reconhecimento de sua existência para garantir a sua aceitação racional. É preciso que ela seja considerada correta. Um jornalismo não comprometido com este questionamento de correção normativa não consegue superar o que está convencionalizado, a “teia de facticidade” que reproduz a realidade existente e esvazia de sentido a integração social.

No lugar da resistência dos objetos, nos quais nos deparamos no mundo da vida, o jornalismo deve expor nas controvérsias o embate dos adversários sociais, cujas orientações axiológicas entram em conflito. No entanto, para que as pretensões de validade moral articuladas pelo jornalismo atinjam a força de um reconhecimento de legitimidade análoga à verdade, é preciso que se oriente por uma expansão constante dos pontos de vista de setores sociais excluídos na discussão pública, para que possa ser compensada a ausência da referência ao mundo objetivo (Habermas, 2004, p. 53).

Desta maneira, a forma deflacionada como o conceito de verdade é aplicado numa abordagem construtivista do Jornalismo - sem a presunção de uma objetividade positivista de acessar a verdade absoluta, o conhecimento perfeito, completo e acabado-, reconhecendo a necessidade de uma postura acautelatória pela consciência do falibilismo, não significa que deixe de ser um pressuposto imprescindível para uma vida civilizada. A gradual evolução do processo civilizatório depende do fortalecimento do consenso social, o que só acontece com a ampliação da sua diversidade significativa através de uma persistente inclusão social decorrente da dimensão deliberativa do processo democrático que o campo jornalístico pode articular na discussão pública e, conseqüentemente, na construção social da realidade. ●

REFERÊNCIAS

- ALSINA, Miguel Rodrigo. *A construção da notícia*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BENDERSKY, Betina A. *La teoría genética de piaget*. Buenos Aires: Longseller, 2004.
- BERGER, Peter I.; LUCKMANN, Thomas. 12. ed. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- _____. *O poder simbólico*. 6ed. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.
- CASTAÑON, Gustavo Arja. *Construtivismo e Ciências Humanas*. Disponível em <http://www.cienciasecognicao.org/pdf/v05/m22542.pdf>. Acesso em 27 de outubro de 2010.
- CORCUFF, Philippe. *As novas sociologias: as construções da realidade social*. São Paulo: Editora Ática, 2006.
- CORNU, Daniel. *Jornalismo e verdade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática*. 3ed. São Paulo: Centauro, 2005.
- GOMIS, Lorenzo. *Teoria Del periodismo: como se forma el presente*. Barcelona: Editorial Piados, 1991.
- GUERRA, J. *O percurso interpretativo na produção da notícia – verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística*. Aracaju: Editora da UFS, 2009.
- HABERMAS, Jürgen. *Verdade e justificação*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Márcia; FONSECA, Virgínia Pradelina Silveira da (orgs.). *Jornalismo e acontecimento*. Florianópolis: Insular, 2010.
- MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? In: GOBBI, Maria Cristina; HOHLFELDT, Antonio. *Teoria da comunicação: antologia de pesquisadores brasileiros*. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- PIAGET, Jean. *A construção do real na criança*. São Paulo : Ática, 2006.
- RORTY, Richard. Pragmatismo, filosofia analítica e ciência. In: PINTO, Paulo Roberto Margutti et al. (Orgs). *Filosofia analítica, pragmatismo e ciência*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- SEARLE, John R. *La construcción de la realidad social*. Barcelona : Paidós, 1997.
- TAMBOSI, Orlando. Jornalismo e teorias da verdade. *INTERCOM: Revista Brasileira de Comunicações*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 35-48, Janeiro/Junho 2007.
- TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia: estudios sobre la construcción de la realidad*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1983.
- VIZEU, Alfredo; CORRÊA, João Carlos. In: VIZEU, A. (org.). *A Sociedade do telejornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- VIZEU, A. *O lado oculto do telejornalismo*. Florianópolis : Editora Calandra, 2005.